

**ATA**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a)** – Felicitou o Vereador Domingos Bragança pela sua reeleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista; **b)** - Referiu uma reivindicação dos moradores da Rua de Vila Verde, que pretendem a inclusão daquela artéria nas obras de requalificação da Zona de Couros. **2 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Abordou um assunto referido na anterior reunião de Câmara, lembrando que a sua intervenção pretendia alertar para o papel da Autarquia na captação de investimentos para o concelho, mostrando-se desagrado com o conteúdo das afirmações proferidas pelo Presidente da Câmara no final da referida reunião de Câmara. **b)** – Felicitou, igualmente, o Vereador Domingos Bragança pela sua reeleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista; **3 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Disse estar concluído o processo de registo de algumas

marcas afetas ao Município; **b)** – Deu conhecimento que o Pavilhão do INATEL vai passar a designar-se Pavilhão Desportivo Almor Vaz, referindo que o Conselho de Administração do INATEL já emitiu um parecer favorável à mudança de denominação. **4 – Presidente da Câmara** – Relativamente à intervenção feita sobre a obra da rua de Vila Verde, disse que a Autarquia enfrentou muitas limitações para intervir naquele espaço e que, oportunamente, daria mais elementos sobre este assunto.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

**ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, ER, E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NO ÂMBITO DO PROJETO GUIMARÃES + 2012 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Por deliberação da Câmara Municipal de 29 de março de 2012 foi aprovada a minuta do acordo de colaboração identificado em assunto. Este acordo prevê, na cláusula 3.ª, uma comparticipação anual por parte do Município de Guimarães no valor de €18.000,00. Tratando-se de um compromisso plurianual, isto é, de um compromisso que abrange dois anos económicos, é agora necessário, ao abrigo do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que a Assembleia Municipal autorize a assunção desta despesa para o ano de 2013. Propõe-se, assim, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte repartição de encargos: Ano de 2012 – €12.000,00 (correspondendo ao valor relativo aos meses de maio a dezembro); Ano de 2013 – €6.000,00 (correspondendo ao valor relativo aos meses de janeiro a abril)”. **DELIBERADO, POR**



**UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**24 DE JUNHO, DIA UM DE PORTUGAL 2012 – ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÃO HONORÍFICA**

– Presente a seguinte proposta: “Foi no outro extremo de Portugal que nasceu, no concelho de Loulé. Mais propriamente na freguesia que todos os Portugueses conhecem. Não porque todos a tenham visitado, mas porque uma das mais importantes figuras de Portugal democrático nasceu lá e, com orgulho da sua terra, a colocou no mapa do conhecimento dos Portugueses. Com o mesmo orgulho, agora imbuído de afeto, assume a sua origem e as suas raízes, que não esconde nos modos simples, no timbre pousado e marcante, com que fala e comunica. Um timbre que cheira a mar e a terra, como Boliqueime que o viu nascer e crescer. E por detrás do tom austero e dos traços bem vinculados do rosto pressente-se esse orgulho pelo lugar que ainda é seu. E nas poucas vezes que fala da família, o brilho que trespassa o seu olhar suaviza-lhe os modos e deixa adivinhar o homem de afetos que a família acende e alimenta. Mas enquanto o Homem se preservou, por feitio e por recato, apenas deixando adivinhar o sentir, já o Cidadão se expôs e se entregou a uma vida pública de participação cívica, com dedicação e sentido de serviço. Aníbal Cavaco Silva, “um grande estudante”, nas palavras do seu orgulhoso pai, é um académico reputado e respeitado. Licenciado em Finanças, doutorado em Economia pela Universidade de York, no Reino Unido, foi Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa e investigador da Fundação Calouste Gulbenkian. Foi responsável pelo Gabinete de Estudos e Consultor do Banco de Portugal. Foi Diretor da Revista Economia, da Universidade Católica Portuguesa e autor de uma

muito vasta obra publicada. É Doutor Honoris Causa pelas Universidades de York, no reino Unido, de Goa, na Índia, de León e La Coruña, em Espanha, Herio-Watt, de Edimburgo, na Escócia. Entre muitos prémios e distinções que recebeu, é membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Espanha, do Clube de Madrid para a Transição e Consolidação Democrática e da Global Leadership Foundation. Ao longo e vasto curriculum do académico Aníbal Cavaco Silva soma-se o também longo, vasto e rico curriculum do político Aníbal Cavaco Silva. Há mais de trinta anos que Aníbal Cavaco Silva se dedica à causa pública, sendo parte de um pequeno grupo de homens e mulheres de eleição que marcaram, de forma indelével, a vida democrática Portuguesa, depois da Revolução dos Cravos. O seu primeiro cargo de relevância política nacional foi o de Ministro das Finanças e do Plano, no VI Governo Constitucional, em 1980 e 1981. Entre 1981 e 1984 foi Presidente do Conselho Nacional do Plano. Em Maio de 1985 assumiu a Presidência do Partido Social Democrático, cargo que ocupou até Fevereiro de 1995. Aníbal Cavaco Silva foi Primeiro-ministro de Portugal durante dez anos, de Novembro de 1985 até Outubro de 1995. Foram dez anos de reforço da democracia, de crescimento económico e de desenvolvimento social. Foi durante os seus governos que as relações com o mundo lusófono ganharam maturidade e as relações internacionais uma grande importância, tendo assumido um papel fundamental nas decisões sobre o processo de construção europeia. Em 1996 apresenta-se a sufrágio como candidato a Presidente da República. Aníbal Cavaco Silva é o 19º Presidente da República, eleito em 2006 e para um segundo mandato, em 2011. Neste ano de 2012, Aníbal Cavaco Silva é o mais alto magistrado da nação que um príncipe guerreiro e visionário ambicionou e dela fez a mais antiga



nação da Europa. Este é um ano excepcional e irrepetível para Guimarães, que se quer também extraordinário para Portugal e para a Europa. Neste Dia Um de Portugal, Guimarães, Berço da Nação, Património Cultural da Humanidade, Capital Europeia da Cultura, lugar que honra o passado e inventa o futuro, lugar identitário e aberto ao mundo, lugar síntese da identidade Portuguesa, lugar de encontro e construção Europeia, propõe-se atribuir a mais alta distinção, a medalha de ouro da cidade, a Sua Excelência, o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva". **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com dez votos a favor e um voto contra. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da carta do Monsenhor José Maria Lima de Carvalho sugerindo que, apesar de circunstâncias especiais, se mantenha este ano o dever de se celebrar uma missa de Ação de Graças com a presença da bandeira do Município, no âmbito das comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal; **2** – Do agradecimento ao Departamento Desportivo e Cultural da Universidade do Minho que, em colaboração com a secção de natação do Vitória Sport Clube, realizou o evento 12 horas a nadar por solidariedade, tendo sido angariados 567 bens alimentares que foram posteriormente entregues ao banco alimentar da Cooperativa Fraterna; **3** – Da carta enviada ao Secretário de Estado da Cultura que, em síntese, comunica que a obra da extensão do Museu Alberto Sampaio está concluída, pretendendo-se que a entrada em funcionamento ocorra no presente ano de 2012, durante o programa Guimarães, Capital Europeia da Cultura, lembrando a existência de um Protocolo onde o Ministério da Cultura do anterior Governo assumiu o compromisso de financiar a obra; **4** – Das cartas de S.

Exas. o Primeiro-Ministro, o Ministro da Administração Interna e o Secretário de Estado da Cultura agradecendo o convite para a sessão solene comemorativa do 24 de Junho – Dia Um de Portugal e comunicando que, por compromissos de agenda, não lhes será possível comparecer. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2012.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira por não ter estado presente na reunião.-----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA DO TOURAL, ALAMEDA DE S. DÂMASO E RUA DE SANTO ANTÓNIO - CONTA FINAL - RETIFICAÇÃO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 06 de junho de 2012, foi aprovada a conta final da empreitada identificada em assunto. Por lapso, na informação técnica relativa à conta final não foi indicado o valor respeitante à revisão de preços, calculado de acordo com índices provisórios, cujo valor é de €48.846,06 + IVA. Assim junto se anexa nova informação relativa à conta final retificada”. A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - PAVILHÃO DA EB 2,3 DE FERMENTÕES - CONTA FINAL** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Para aprovação da Câmara



Municipal, junta-se em anexo conta final, datada de 1 de junho de 2012, bem como o auto final da obra em assunto, adjudicada à empresa "NVE-Engenharias, S.A.", nos valores, respetivamente, de €1.282.606,47 + IVA e de €98.048,75 + IVA". A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – LABORATÓRIO DA PAISAGEM - CONTA FINAL** - Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "Para aprovação da Câmara Municipal, junta-se em anexo conta final, datada de 31 de maio de 2012, bem como do auto final da obra em assunto, adjudicada à empresa "Combitur – Construções Imobiliárias e Turísticas, S.A.", nos valores, respetivamente, de €1.021.003,81 + IVA e de €173.840,48 + IVA". A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – RETIFICAÇÃO DO VALOR DE TAXA CONSTANTE DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Serviços Urbanos: "A Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor para o corrente ano de 2012 foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 10 de novembro de 2011, e por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 25 do mesmo mês de novembro. Verificou-se, entretanto, existir um lapso na descrição da taxa constante do quarto parágrafo do número 11 do art.º 18.º desta Tabela, onde se prevê o pagamento de um valor respeitante aos veículos automóveis ou atrelados dos vendedores ambulantes como sendo por mês, quando na realidade há vários anos que tal pagamento respeita ao dia. Sendo agora necessário retificar

aquele lapso da Tabela de Taxas já aprovada, deve tal alteração ser, de novo, submetida a aprovação da Câmara Municipal, e posterior ratificação pela Assembleia Municipal, alterando-se no ponto supra identificado a indicação de “por mês” para “por dia”, passando a ter a seguinte redação: “11. Vendedores ambulantes: (...) Com veículo automóvel ou atrelado, por dia.€6,74 e).”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA ANTI-ROUBO DA BIBLIOTECA RAUL BRANDÃO (CENTRAL) E PÓLO DE PEVIDÉM** – Presente a seguinte proposta: “Dada a

necessidade de proceder à renovação dos contratos de manutenção do sistema antirroubo da Biblioteca Municipal Raul Brandão (central) e Polo de Pevidém, que abrange o período de 01/07/2012 a 30/06/2013, e tratando-se de um compromisso plurianual, isto é, de um compromisso que abrange dois anos económicos, é agora necessário, ao abrigo do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que a Assembleia Municipal autorize a assunção desta despesa. Propõe-se, assim, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a assunção do compromisso plurianual respeitante a este serviço, pelo valor unitário de €738,00 + IVA”.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS PROPANO A GRANEL AO CENTRO ESCOLAR DE S. TORCATO** – Presente a





seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, encontra-se em fase de conclusão a obra de reconversão da EB1/JI Mosteiro/S. Torcato em Centro Escolar, com funcionamento previsto em setembro de 2012. No âmbito da empreitada não foram efetuadas alterações ao sistema de abastecimento de gás, tendo inclusivamente sido mantido o depósito existente, pelo será apenas necessário providenciar o fornecimento de gás. Assim e considerando que à data da elaboração do CP nº 7/11 para o fornecimento contínuo de gás propano a granel a 26 estabelecimentos de educação e ensino no biénio 2012/2013, aquele não foi, por motivo de obras no edifício escolar, integrado no concurso, propõe-se, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro, que seja diligenciada a abertura de procedimento concursal, a vigorar no período de setembro a dezembro 2012 e de janeiro a dezembro de 2013, para fornecimento contínuo de 8 500 kg de gás propano a granel, conforme discriminado no anexo C do Caderno de Encargos, que junto se anexa. Mais se informa que o custo estimado com este fornecimento é de €11.250,00 repartido da seguinte forma: Ano civil 2012 (setembro a dezembro): €3.525,00; Ano civil 2013 (janeiro a dezembro): €7.725,00”. Acresce ainda que tratando-se de uma despesa que implica a assunção de compromissos plurianuais deverá ser sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme o previsto no artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. À consideração superior”. O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----  
**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS – ANO LETIVO 2012/2013 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** - Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “**1. Objeto:** Prestação de serviços de transporte de alunos de 17 estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino do 1º ciclo. **2. Considerando que:** a presente prestação de serviço se destina a assegurar o transporte de alunos que, em resultado do reordenamento da rede escolar, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino, e, no período de almoço, daqueles cuja escola não dispõe de condições para a confecção de refeições ou para a implantação de um serviço de refeições transportadas; os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço; se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços de transporte de alunos, considerando os seguintes elementos: a) a despesa para o ano letivo 2012/2013 estima-se em €667.232,00 (seiscentos e sessenta e sete mil duzentos e trinta e dois euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, dos quais €635. 680,00 (seiscentos e trinta e cinco mil seiscentos e oitenta euros) se destinam a transporte escolar e €31.552,00 (trinta e um mil quinhentos e cinquenta e dois euros) a transporte no período de almoço; b) a despesa encontra-se cabimentada nas rubricas 2.1.2.56 e



2.1.2.57, referente a refeitórios escolares de jardins de infância e 1.º CEB e transportes escolares, conforme declarações de cabimento em anexo; c) o procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b), do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos; d) os encargos a suportar com este procedimento têm relevância em mais do que um ano económico pelo que deverá, ainda, ser objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos. e) a redução prevista no art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro será aplicada, se em vigor”. O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – SERVIÇO DE RECOLHA DE CADÁVERES DE CANÍDEOS/FELÍDEOS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Ambiente: “De acordo com o previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e ao abrigo do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, o valor a pagar pela contratação de serviço de recolha mensal de cadáveres de canídeos e felídeos, no total de €40.500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%), deverá ser submetida a aprovação da Câmara Municipal, e posterior envio para aprovação pela Assembleia Municipal, uma vez que é necessário repartir os respetivos encargos por três anos, da forma que a seguir se discrimina: -----

Classificação Económica	Repartição de Encargos		
	Ano de 2013 (Jan. a Dez.) = €13,500,00	Ano de 2014 (Jan. a Dez.) = €13,500,00	Ano 2015 (Jan. a Dez.) = €13,500,00

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “GESTÃO E OPERAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS DA PLATAFORMA DAS ARTES”** – Presente, para ratificação, o

despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de junho de 2012, que concordou com a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: **“1. Objeto:** Aquisição de serviços de gestão e operação da exploração das instalações técnicas e equipamentos da Plataformas das Artes. **2. Considerandos:** O comissionamento das instalações e equipamentos da empreitada “Plataforma das Artes” está previsto nos pontos 8.2.4 e 8.6.2 do respetivo Caderno de Encargos; Tendo em conta a natureza e a complexidade das instalações e equipamentos, o comissionamento deverá ser efetuado por uma equipa técnica especializada e multidisciplinar, nomeadamente um Técnico Responsável pelo Funcionamento-TRF; um Técnico Responsável pelas Instalações Elétricas-TRIE; um Técnico de Instalações Mecânicas de nível III-TIM III, um Técnico Eletrotécnico (eletricista), e um Técnico Eletromecânico que, posteriormente e até ao final do ano de 2012, assegurarão a gestão e operação das instalações técnicas e dos seus equipamentos; O comissionamento consiste num processo sistemático que ajuda a melhorar o desempenho e garante a qualidade do edifício, reduzindo os seus custos de operação e manutenção, melhora a sua eficiência energética e não energética e aumenta a segurança, conforto e saúde dos seus utilizadores; O processo de comissionamento visa também validar e documentar que o desempenho de todo o edifício e que os seus subsistemas



estão de acordo com o programa preliminar e os requisitos do dono do edifício, bem como garantir o treino necessário aos operadores de modo a que estes continuem a operar dos equipamentos do edifício do modo eficaz mantendo um elevado desempenho; O comissionamento passa pela integração de todos os subsistemas no desempenho de um edifício tendo impacto sobre a funcionalidade, sustentabilidade, produtividade, segurança e bem-estar dos utilizadores, pretendendo-se desenvolver edifícios mais sustentáveis e portanto com menor consumo de energia uma vez que o desempenho destes é melhorado. A importância do processo de comissionamento de edifícios no desenvolvimento dos testes funcionais e na garantia da funcionalidade dos equipamentos. As necessidades únicas e as particularidades do edifício em causa exigem operadores com o conhecimento e recursos necessários para a sua operação e manutenção; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a autorização para a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a Aquisição de Serviços de Gestão e Operação da Exploração das Instalações Técnicas e Equipamentos da Plataformas das Artes até 31 de Dezembro de 2012; b) A despesa estima-se em €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) ao qual acrescerá IVA à taxa legalmente

em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.24, correspondente à declaração de cabimento nº 3068/2012; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, de acordo com alínea a) do nº1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, com consulta a 4 entidades: ZMF; OPERTEC; SITEL-SOCIEDADE INSTALADORA DE TUBAGENS E EQUIPAMENTOS,S.A.; POLITÉRMICA ENGENHARIA,LDA". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE "CONDUÇÃO TÉCNICA E RESPONSABILIDADE PELO BOM FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS ENERGÉTICOS DE CLIMATIZAÇÃO, INCLUINDO A SUA MANUTENÇÃO, E PELA QUALIDADE DO AR INTERIOR DE EDIFÍCIOS" –**

Presente a seguinte informação: "**1. Objeto:** Aquisição de serviços de "condução técnica e responsabilidade pelo bom funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, incluindo a sua manutenção, e pela qualidade do ar interior de edifícios da propriedade do Município de Guimarães". **2. Considerandos:** O Decreto-Lei nº 78/2006 de 4 de Abril aprovou o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpôs parcialmente para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios, tendo como objetivo principal, assegurar as condições de eficiência energética, assim como as condições de garantia da qualidade do ar interior dos edifícios; As medidas regulamentares previstas no Decreto-Lei acima identificado constam do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em



Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 79/2006, de 4 abril; Assim, tendo em conta a legislação acima identificada, verifica-se que os edifícios com mais de 25 KW de potência de climatização ou com mais de 1000m<sup>2</sup>, encontram-se abrangidos pelo Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior (S.C.E.), sendo portanto obrigatória a sua certificação energética e por inerência, verifica-se a obrigatoriedade de ser um técnico responsável pelo funcionamento das instalações (TRF) que assegure a condução técnica do bom funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, incluindo a sua manutenção, pela qualidade do seu ar interior, bem como pela gestão da respetiva informação técnica, nos termos do nº 1 do artigo 2º e artigo 21º do Decreto-Lei nº 79/2006, de 4 abril; Para além das coimas previstas no artigo 14º do Decreto-Lei nº 78/2006, que poderão ir até 44.891,81€ por cada edifício não certificado, e até 12.500,00€ por falta da identificação do TRF atrás referido, pressupõe-se que esses edifícios não poderão estar em funcionamento caso não se verifiquem preenchidos tais requisitos; Estão nesta situação 54 edifícios, nomeadamente as escolas, os vários centros escolares recentemente construídos, a biblioteca, o arquivo municipal, e outros, constantes do documento que se anexa. (anexo I) Em 24 de Maio de 2011, o Departamento de Obras Municipais (DOM) solicitou ao Departamento de Recursos Humanos (DRH) a abertura de um procedimento concursal para o recrutamento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Engenheiro Mecânico), para os serviços do DOM, com as habilitações exigidas para desempenhar as funções acima identificadas; Tal procedimento concursal foi aberto por aviso publicado na II série do diário da república, de 31 de Outubro de 2011, tendo ficado deserto por desistência do único candidato. Em

21 de maio de 2012, o DOM solicitou ao DRH a abertura de um novo procedimento para o recrutamento daquele técnico superior (Eng.º. Mecânico). O DRH informou, no passado dia 5 de junho de 2012, que neste momento não podiam dar sequência àquele pedido, embora reconhecendo a justificação da excecionalidade do concurso em apreço, que permitira o recrutamento excecional, alegando não ter sido ainda possível a determinação dos fundos disponíveis pela Divisão de Contabilidade e Tesouraria e por não existir, nesta data, a comprovação da redução de efetivos imposta pela lei do Orçamento de Estado para 2012. Prevendo-se, no entanto, o cumprimento dos pressupostos necessários para a Assembleia Municipal autorizar este tipo de recrutamento excecional até ao final do ano de 2012, o Departamento de Obras Municipais propôs a abertura de um procedimento, por ajuste direto, para a aquisição dos serviços de condução técnica do funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, incluindo a sua manutenção, e pela qualidade do seu ar interior, bem como pela gestão da respetiva informação técnica, até 31 de Dezembro de 2012. A prestação de serviços para as funções exclusivamente de TRF, para os 54 edifícios que atualmente estão abrangidos por esta lei, e que conforme consulta informal feita ao mercado representará um encargo fixo de cerca de 48.000€+IVA/Ano. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a autorização para a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é aquisição de serviços de "condução técnica e responsabilidade pelo bom funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, incluindo a sua manutenção, e pela





qualidade do ar interior de edifícios da propriedade do Município de Guimarães”, até 31 de Dezembro de 2012; b) A despesa estima-se em € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros), à qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 03.02.02.20, correspondente à declaração de cabimento nº 3175/2012; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, de acordo com alínea a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, com consulta a, pelo menos, 3 entidades”. O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – DIREITO DE REVERSÃO - TERRENO SITO NO LUGAR DE VERDIAL - ATÃES** – Presente a seguinte informação

da Chefe da Divisão de Património Municipal: “Por escritura outorgada em 11 de setembro de 1987, foi doada ao Município uma parcela de terreno com a área de 2.300 m<sup>2</sup>, no lugar de Verdial, freguesia de Atães, para construção de um pavilhão polivalente. Mais tarde, em 24 de julho de 1989 a autarquia doou o direito de superfície desse mesmo terreno à Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária da Vinha, por um período de 80 anos, ficando estabelecido que se o pavilhão não fosse construído no prazo de 5 anos, o terreno revertia a favor da autarquia. No ano de 1996, a referida Associação informou que, por motivos vários, não foi possível construir o pavilhão no prazo previamente estipulado, solicitando a prorrogação do prazo de construção do pavilhão, passando de 5 para 10 anos, contados a partir de 24 de julho de 1989. O Município consentiu com a pretensão da Associação, tendo procedido à retificação da escritura em 12 de setembro de 1996. Atendendo a que a Associação de Pais não levou a cabo a

construção a que se obrigara, foi a mesma notificada em Abril de 2004, no sentido de a informar que o direito de superfície do prédio em causa se encontrava extinto. Todavia, até à presente nada foi deliberado quanto ao exercício do direito de reversão sobre o direito de superfície em causa. De acordo com parecer jurídico solicitado para uma situação análoga ao presente processo, *"... para se operar a extinção do direito é suficiente o decurso do prazo, não sendo necessário qualquer outro requisito, designadamente qualquer manifestação de vontade para que esse efeito se produza, é que o nº. 1, do artigo 1536º do Código Civil, consagra um "jus ad rem", ou seja, um direito real de aquisição automática".* Assim, atendendo que não se verificou o cumprimento do prazo de execução do pavilhão polivalente, e se for este o entendimento da autarquia, deverá ser submetida a deliberação de câmara a reversão do direito de superfície, a favor do Município, da parcela de terreno situada no lugar de Verdial, freguesia de Atões, descrita na conservatória do registo predial de Guimarães sob o nº. 135/Atões e inscrita na respetiva matriz sob o artigo 438º. Mais se informa que a deliberação quanto ao direito de reversão não carece, neste momento, de ser registada na competente conservatória do registo predial, uma vez que a Associação de Pais nunca registou o respetivo direito de superfície a seu favor, pelo que para efeitos legais este prédio permanece integralmente em nome do município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO DO ANTIGO POSTO DA GNR DE S. TORCATO AO CENTRO RECREATIVO CULTURAL E ARTÍSTICO DE S. TORCATO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "O Centro Recreativo Cultural e Artístico de S. Torcato vem solicitar a



cedência do edifício do antigo Posto da Guarda Nacional Republicana de S. Torcato para instalação da sua sede social. Esta Associação, fundada há 35 anos, dedica-se ao desenvolvimento de atividades culturais e recreativas, com predominância na área da música popular, tendo como principais referências o Grupo de Cavaquinhos e a Escola de Concertina. A Coletividade tem atualmente a sua sede na Quinta do Pinheiro, na referida freguesia, em prédio degradado e afastado do centro da vila, o que impede a sua expansão e dinamização, sendo que a cedência do referido edifício municipal viria colmatar as dificuldades apontadas. O imóvel em questão encontra-se presentemente devoluto, podendo ser cedido em regime de comodato se assim for superiormente entendido. A merecer concordância superior, deverá ser deliberado em reunião de Câmara Municipal a cedência, em regime de comodato, do prédio sito no lugar do Assento de Baixo, da freguesia de S. Torcato, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1991/20090911 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 765, ao Centro Recreativo Cultural e Artístico de S. Torcato, mediante a celebração de um contrato conforme minuta em anexo, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – PRÉDIOS DO MUNICÍPIO ENTREGUES À COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS, CRL - USUCAPIÃO –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de janeiro, foi constituída em 10 de Dezembro de 1985 a Cooperativa "TAIPAS TURITERMAS, Cooperativa de

Interesse Público, CRL”, tendo como objeto a recuperação e gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos da Vila das Taipas. Conforme aprovado pela Câmara Municipal em suas reuniões de realizadas em 5 de junho de 1985 e 5 de junho de 1989, sancionadas pela Assembleia Municipal em sessões de 19 de outubro de 1985 e de 22 de setembro de 1989, respetivamente, a Autarquia entregou àquela Cooperativa os seguintes imóveis: 1. Prédio urbano destinado a parque de campismo, ringue de patinagem, balneários, restaurante e zonas de apoio, com a área total de 15.488,00m<sup>2</sup>, situado na alameda Rosas Guimarães, da freguesia de Caldelas, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 2050, com o valor patrimonial atual de €284.560,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); 2. Prédio urbano de r/c e águas furtadas, destinado a restaurante, com a área total 760,00m<sup>2</sup>, localizado na rua Joaquim Ferreira Monteiro, da freguesia de Caldelas, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1684, com o valor patrimonial atual de €288.770,00 obtido por simulação efetuada no sítio da internet das Finanças; 3. Prédio urbano destinado a piscinas, com a área total de 8.287,00m<sup>2</sup>, sito na alameda Rosas Guimarães, da freguesia de Caldelas, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 2049, com o valor patrimonial atual de €258.740,00, definido nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); 4. Prédio urbano destinado a campo de ténis, com a área total de 3.600,00m<sup>2</sup>, situado na rua Joaquim Ferreira Monteiro, da freguesia de Caldelas, não descrito na Conservatória do Registo Predial de



Guimarães e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 2048, com o valor patrimonial atual de €89.050,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); Não obstante todas as diligências que foram encetadas ao longo destes anos, os referidos imóveis ainda não foram transmitidos formalmente à TAIPAS TURITERMAS, em virtude da dificuldade na obtenção dos correspondentes títulos da posse, necessários ao seu registo predial a favor do Município de Guimarães. Contudo, os supramencionados prédios, são efetivamente, património imobiliário do Município de Guimarães e, apesar da inexistência de documento legal que comprove a sua posse, têm sido reputados por toda a gente como a ele pertencentes, pois há mais de 30 anos, têm estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo de forma correspondente ao exercício do direito de propriedade sobre coisa própria. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição dos mencionados prédios por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efetuar os devidos registos na Conservatória do Registo Predial, submetendo-se, para o efeito, a assunto à reunião de Câmara. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO - DOAÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE À COOPERATIVA TURIPENHA - TERRENO DO TELEFÉRICO –**

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: "A Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL, foi constituída em 30 de outubro de 1989, tendo como objeto, entre outros, a **construção e a exploração do Teleférico da Penha**, conforme referido nos estatutos publicados

na III Série do Diário da República em 5 de junho de 1990. A construção da estação de chegada/partida do Teleférico, também denominada como estação de retorno, localizada nas Hortas, freguesia da Costa, foi edificada a expensas da Turipenha, mediante alvará de construção n.º 1125, de 14 de setembro de 1995, tendo obtido licença de utilização em 21 de setembro do mesmo ano. Todavia, a formalização da cedência do terreno a favor da Turipenha nunca foi efetuada, mantendo-se o terreno em propriedade do Município e, como tal, impossibilitando o registo predial da edificação a favor da indicada Cooperativa. Com o objetivo de regularizar a situação junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial, a TURIPENHA solicitou a doação do direito de superfície, por um período de 70 anos, relativamente à parcela de terreno com a área de 4.210 m<sup>2</sup>, sita no Lugar das Hortas, freguesia da Costa, onde foi edificada a mencionada estação de retorno. Na sequência do pedido da Turipenha, a autarquia propôs que a duração do direito de superfície fosse por um período de 30 anos inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos, tendo obtido concordância por parte da Turipenha. O identificado terreno foi registado a favor do Município em 25 de julho de 2002 e encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 734/Costa e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1102º. De acordo com a avaliação efetuada por perito da lista oficial, à propriedade plena do imóvel foi atribuído o valor de €656.760,00. Assim, nos termos das alíneas h) e i), do artigo 13º, do Código do Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, o direito de superfície terá um valor atribuído de €394.056,00. Deste modo, havendo intenção da autarquia em ceder o presente direito de superfície, entendo que deverão ficar



salvaguardadas as seguintes cláusulas: O direito de reversão, a favor do Município, se se verificar o desvio do fim a que o mesmo se destina; Fica vedada a alienação/cedência a favor de terceiros, do direito de superfície; Dar-se-á a extinção imediata do direito de superfície em caso de dissolução da Turipenha; Assim, caso o Município de Guimarães pretenda doar à Cooperativa Turipenha o direito de superfície do terreno com a área de 4.210 m<sup>2</sup>, sito no Lugar das Hortas, da freguesia da Costa, para estação de chegada/partida do Teleférico, por um período de 30 anos inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos, deverá submeter-se o assunto a deliberação camarária, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 6, do artigo 64º e da alínea i), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**PATRIMÓNIO – VENDA DE TERRENOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO - HASTA PÚBLICA N.º 5-2012** – Presente, em anexo, uma informação da Divisão de Património Municipal para venda de terrenos propriedade do Município de acordo com Regulamento, igualmente em anexo. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de venda de terrenos, propriedade do Município, situados na antiga Quinta do Outeiro, através da hasta pública nº 5 – 2012, com o objetivo de alcançar a sua melhor rentabilização e possibilitar a obtenção de uma

receita financeira que permita corresponder a obrigações de investimento assumidas, entre elas o pagamento dos terrenos onde foi construída a Cidade Desportiva. Continuamos a defender que teria sido mais vantajoso para o Município a permuta dos terrenos agora colocados à venda com os terrenos então adquiridos para a referida Cidade Desportiva. A oposição do PSD e a denúncia caluniosa que expressou sobre o proposto contrato de permuta inviabilizou-o com custos que, muito provavelmente, serão extremamente onerosos para o Município. A Câmara irá votar, em próxima reunião, o valor a pagar pelos terrenos adquiridos e será então possível verificar com números objetivos e reais qual o prejuízo que resultou da não concretização do contrato de permuta. Procuraremos porém que esse prejuízo seja o menor possível, e mesmo que não exista, e nesse sentido votamos a venda dos terrenos, agora proposta, com base num valor de avaliação que será muito positivo para o Município, se for alcançado na hasta pública a ter lugar. Repudiamos expressamente que na discussão de uma proposta de venda de terrenos em hasta pública do maior interesse para o Município, tenha sido lançada na discussão, com claros objetivos de mera provocação, a antecipação de um processo que só deverá ter lugar quando for possível conhecer os valores da venda agora proposta e dos valores a pagar pelos terrenos adquiridos para o equipamento desportivo atrás citado". -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Este ponto da ordem de trabalhos pressupõe a venda mediante hasta pública de uma série de prédios propriedade do Município de Guimarães. Nada a opor relativamente à intenção e avaliação, pelo que os vereadores do PSD votam favoravelmente. No entanto, são





incluídos nesta venda alguns lotes da designada Quinta do Outeiro (Mesão Frio) cujo preço atribuído para a respetiva venda em hasta pública é da maior relevância política. De facto, se nos recordarmos, o famoso caso da Quinta do Outeiro assentava na circunstância de, em 2011, o Presidente de Câmara António Magalhães ter celebrado um contrato-promessa de permuta mediante o qual, pelo valor atribuído de € 1.047.112,99 o Município cedia terrenos loteados e infraestruturados na Quinta do Outeiro, e recebia em troca terrenos agrícolas da Veiga de Creixomil do local onde hoje está instalada a Cidade Desportiva. Ora, toda a polémica que então se instalou prendia-se precisamente com a circunstância de o PSD ter dito que aquilo que o Município cedia (a Quinta do Outeiro) teria um valor muito superior àquilo que receberia (terrenos agrícolas na Veiga de Creixomil). Em todo o debate político que então teve lugar preocupou-se a Câmara em demonstrar por diversas formas, que o valor da Quinta do Outeiro era efetivamente equivalente ao dos terreno que recebia em troca. Ora, mais de 10 anos volvidos, e numa altura em que a crise, particularmente instalada na construção civil e reflexamente na valorização do património, vem o Município de Guimarães procurar vender os mesmos lotes que na altura tentou permutar (terreno loteado e infraestruturado), pelo valor atribuído de €3.175.085,02!! Isto é, vem agora a Câmara, nesta tentativa de venda do património que lhe quedou após a desistência do negócio pelo Sr. Domingos Machado Mendes, atribuir a esse património um preço de venda que equivale, sensivelmente, àquilo que à época dizia o PSD valeriam estes terrenos. Ou seja, vem agora a Câmara, num mero ato administrativo, confessar toda esta polémica e conceder total razão ao que alegavam os então vereadores do PSD. E com

pormenores de algum requinte, isto é, dos 5 lotes que vão agora à venda e integravam a permuta da Quinta do Outeiro (lotes 2, 4, 5, 7 e 8) apenas um deles – o lote nº4 – tem um valor de venda espektável superior àquilo por que queria a Câmara vender todos os 5 lotes! Isto é, vão agora estes lotes à venda, mediante hasta pública, por um preço que é €2.128.740,03 superior àquilo por que iam ser permutados na época, assim se lesando o património do Município de Guimarães, e de todos os Vimaranenses, em mais de €2 milhões, o que não sucedeu muito devido à atuação atenta e fiscalizadora dos então vereadores eleitos nas listas do PSD. Ainda que tardiamente e mediante um mero ato administrativo, de forma inusitada e surpreendente, vem o PSD verificar a razão que sempre teve, e sempre soube que teve. Razão essa reconhecida pela mesma Câmara que alegava não valerem estes mesmos terrenos mais de €1 milhão, e procura agora, em tempo crise, vendê-los por €3 milhões. Mais linear e cristalina não poderia esta situação ser”. -----

**DOAÇÕES - BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO - DOAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DURANTE O ANO DE 2011 -** Presente, para aprovação, a listagem de publicações doadas à Biblioteca Municipal Raúl Brandão por diversas entidades, durante o ano de 2011. A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MONOBLOCO - JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR -** Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Gondomar solicitou a cedência de um monobloco pré-fabricado que se encontra instalado na extinta EB1 Costa (Arcela), para servir de apoio ao parque de lazer situado junto ao



Rio Ave, permitindo a criação de sanitários no local. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, não existe qualquer inconveniente na cedência do equipamento, não tendo sido apresentada qualquer objeção por parte do Agrupamento de Escolas Santos Simões quanto à sua doação. Neste sentido, caso o Município de Guimarães pretenda doar o equipamento, deverá submeter à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 6, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a doação à Junta de Freguesia de Gondomar do monobloco pré-fabricado, tendo sido atribuído o valor de €600,00". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - GUIA DE DÉBITO DA AMAVE** – Presente a

seguinte proposta: "A AMAVE fez uma candidatura em 2006 a fundos europeus, no âmbito do Programa Ambiental "*Metas de Recolha Seletiva*", para a colocação de ecopontos semienterrados nos vários municípios que constituem o SIRVA. No município de Guimarães foram colocados 7 ecopontos semienterrados com levantamento automático, distribuídos criteriosamente nas zonas de maior capacidade de deposição de materiais recicláveis. Durante a vigência do procedimento os ecopontos foram pertença da AMAVE sendo da responsabilidade dos municípios a sua manutenção e conservação. Encontrando-se atualmente a AMAVE a regularizar os débitos e créditos dos municípios que a constituem foi enviada, ao município de Guimarães, a guia de débito n.º 2/323 referente à despesa de 1.389,48€ correspondente a uma factura da TNL pelos serviços de substituição do suporte e cilindro do ecoponto semienterrado localizado na Avenida de S. Gonçalo. A avaria verificada, na altura,

por vandalismo, não permitia a deposição de materiais recicláveis (vidro, papel/cartão e embalagens), pelo que urgentemente se contactou o fornecedor (TNL) para que procedesse de imediato à sua reparação. Durante a vigência do procedimento do referido Programa a faturação associada a serviços de reparação teria que obrigatoriamente ser imputada à AMAVE que por sua vez emitia uma guia de débito ao município. Nesta conformidade é necessário que a Câmara Municipal de Guimarães autorize o pagamento da factura correspondente à guia de débito n.º 2/323 no valor de 1.389,48€". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE, EM, SA - TRIBUNAL DE CONTAS – PROC. N.º 115/2012** – Presente uma informação conjunta das Diretoras dos Departamentos de Administração Geral e Financeiro e da Chefe da Divisão de Serviços Urbanos: "Na sequência dos diversos pedidos de esclarecimentos do Tribunal de Contas no âmbito do processo respeitante à VITRUS, EM, SA, verifica-se ser necessário proceder à retificação/regularização de alguns aspetos do processo da seguinte forma: - Alteração do contrato de gestão celebrado em 18 de janeiro de 2011, quanto ao prazo da prestação de serviços de limpeza e higiene, limitando-o ao ano de 2014, em conformidade com a correspondente informação de cabimento orçamental, cuja repartição de encargos deve ser aprovada pela Assembleia Municipal e se anexa (**Doc. 1**). Esta alteração fundamenta-se no facto de ser de difícil estimativa a previsão dos encargos com este serviço para um período de 15 anos, tal como inicialmente havia sido aprovado, sendo que no final de 2014 será ponderado um novo período contratual para este serviço, com um limite temporal de 3 anos, tal como preveem os artigos 48º e 440º, por remissão do art.º 451º, todos do Código dos Contratos



Públicos. - Clarificação da deliberação da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2011 que ratificou a deliberação da Câmara Municipal de 7 do mesmo mês de dezembro, na parte que respeita à atribuição das taxas devidas pelo estacionamento público como receita da VITRUS, EM, SA. Efetivamente, da redação da proposta não resulta claro que se submetia à aprovação da Assembleia Municipal que tais taxas passassem a ser cobradas diretamente pela VITRUS, EM, SA, constituindo sua receita, todavia, tal foi sempre pressuposto do alargamento do objeto social, tendo em conta que constitui receita das empresas municipais o produto resultante da atividade por elas desenvolvida. Assim, deve o assunto ser novamente submetido à Assembleia Municipal para que este órgão aprove expressamente que as taxas devidas pelo estacionamento público são cobradas diretamente pela VITRUS, EM, SA e constituem sua receita. Do mesmo modo, também as tarifas de resíduos dos utilizadores com serviço de recolha por contentores subterrâneos tipo "molok" são cobradas diretamente pela VITRUS, EM, SA e constituem sua receita, conforme resulta especificamente do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e, em especial, do artigo 23.º, que tem por epígrafe "receitas tarifárias", pelo que deverá igualmente esta delegação de competência ser expressamente aprovada pela Assembleia Municipal". O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----  
O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração**

**de voto:** “Votamos a favor da proposta de alteração do contrato de gestão estabelecido com a VITRUS relativamente ao prazo da prestação de serviços, limitando-o até 2014, atendendo à difícil previsão dos encargos para um período de quinze anos, e também a favor da clarificação da proposta a submeter à Assembleia Municipal para que as taxas devidas pelo estacionamento público sejam cobradas diretamente pela VITRUS, constituindo uma sua receita direta, na sequência de esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas. O nosso voto favorável resulta da defesa da importância das empresas municipais, do princípio que o produto resultante das atividades desenvolvidas por elas deve constituir suas receitas diretas e, no caso concreto da VITRUS, da verificação que o serviço prestado às populações na organização e disciplina do estacionamento público deve ser prosseguido”. -----

**RECURSOS HUMANOS – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO CERTO - COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Desempenham atualmente funções neste município 38 trabalhadores em regime de contrato a termo resolutivo certo cuja caducidade ocorre durante o corrente ano. No início do ano de 2012 foi prevista a possibilidade de eventual renovação dos contratos, verificados que fossem determinados pressupostos, através de compromisso assumido pela cabimentação dos montantes correspondentes às respetivas remunerações certas e permanentes até ao final do ano. A renovação de tais contratos, a acontecer, poderá ultrapassar, contudo, o corrente ano civil, o que exigiria o assumir de compromisso plurianual, cuja competência cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto no artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Assim, e caso se verifique fundada necessidade de



renovação e, cumulativamente, a redução de efetivos imposta pela Lei do Orçamento de Estado para 2012, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a assunção dos correspondentes compromissos plurianuais, ao abrigo do citado artigo 6.º". -----

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador José Augusto Araújo que informou que, atendendo à publicação, no dia de hoje, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e que entra em vigor amanhã, dia 22 de junho, poderá ser excluída a exigência de autorização prévia da Assembleia Municipal para a presente proposta, pelo que se tal se vier a verificar, não deverá este assunto ser remetido àquele Órgão Deliberativo, devendo a presente deliberação ser posteriormente revogada por este Órgão. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**RECURSOS HUMANOS – COMISSÃO DE SERVIÇO - COMPROMISSOS PLURIANUAIS** - Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Nos termos previstos no estatuto do pessoal dirigente, os titulares dos cargos de direção intermédia são providos em comissão de serviço pelo período de três anos, cessando no final desse período caso não seja renovada. A comissão de serviço do diretor do Departamento de Obras Municipais cessa a 29/10/2012, sendo certo que, no início do corrente ano, foi prevista a necessidade de continuidade do provimento do cargo, através de compromisso assumido pela cabimentação dos montantes correspondentes às respetivas remunerações certas e permanentes até ao final do ano. A manter-se o provimento do referido cargo em novo período de três anos, a partir de 30/10/2012, a comissão de serviço ultrapassará,

contudo, o corrente ano civil, o que exigiria o assumir de compromisso plurianual, cuja competência cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Nestes termos, e no pressuposto da manutenção da necessidade de continuidade do provimento do cargo de diretor do Departamento de Obras Municipais, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a assunção dos correspondentes compromissos plurianuais, ao abrigo do citado artigo 6.º". -----

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador José Augusto Araújo que informou que, atendendo à publicação, no dia de hoje, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e que entra em vigor amanhã, dia 22 de junho, poderá ser excluída a exigência de autorização prévia da Assembleia Municipal para a presente proposta, pelo que se tal se vier a verificar, não deverá este assunto ser remetido àquele Órgão Deliberativo, devendo a presente deliberação ser posteriormente revogada por este Órgão. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – CONCURSO PARA A ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULO AUTOMÓVEL LIGEIRO DE PASSAGEIROS – TRANSPORTE EM TÁXI, PARA A FREGUESIA DE CASTELÕES** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "Por deliberação tomada em reunião de câmara de 10 de Novembro de 2011 foi determinada a abertura de concurso para a atribuição de licença de transporte público de aluguer em veículo automóvel ligeiro de passageiros – transporte em táxi, para a freguesia de Castelões, em regime de





estacionamento fixo. O aviso de abertura do concurso foi publicado no Diário da República no passado dia 23 de Março de 2012, e a data limite para a apresentação das candidaturas era de 30 dias, contados a partir do dia seguinte da publicação do anúncio na II Série do Diário da República, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados, prazo que terminou no dia 22 de Abril de 2012. No decurso deste prazo foram apresentadas duas candidaturas. Analisadas as candidaturas, determinou-se a exclusão do candidato Carlos Manuel Costa Carvalho pela ausência dos elementos previstos nos pontos 6.a), 6.c) e 6.d). Verificado o cumprimento de todos os requisitos de admissão exigidos no programa de concurso da candidatura remanescente, propõe-se a atribuição da licença à empresa João Teixeira Neiva Magalhães e C<sup>a</sup>, Lda. a licença de transporte em táxi, em regime de estacionamento fixo, no contingente da freguesia de Castelões. Para cumprimento do disposto no art.º 23.º do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi, foram notificados os concorrentes da intenção desta Câmara Municipal atribuir a licença de transporte em táxi, em regime de estacionamento fixo, no contingente da Freguesia de Castelões, concedendo um prazo de 15 dias úteis para se pronunciarem sobre a mesma. Decorrido tal prazo não foram apresentadas quaisquer reclamações. Assim, nos termos do n.º 7 do mencionado programa de concurso, propõe-se a atribuição à empresa João Teixeira Neiva Magalhães e C<sup>a</sup>, Lda. da licença de transporte em táxi 1 – Castelões, no contingente da Freguesia de Castelões, em regime de estacionamento fixo no Largo junto ao Cemitério. O futuro titular da licença deverá proceder ao licenciamento do veículo e ao início da exploração da mesma no prazo de 90 dias, findo o qual será considerada

caducada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – PROPOSTA DE DECISÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE DUAS LICENÇAS DE EXPLORAÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "Conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 2 de Março de 2012, remete-se, em anexo, a ata do Júri constituído a fim de acompanhar, analisar e dar parecer sobre as propostas apresentadas ao concurso público para a atribuição de duas licenças de exploração de circuitos turísticos. Pela presente proposta coloca-se à deliberação a adjudicação da concessão do circuito turístico em veículo de tração animal". A ata do júri dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2012-2013** –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, é elaborado anualmente, com base nos mapas 2/STE e 3/STE remetidos pelos agrupamentos e escolas secundárias, o plano de transportes escolares a vigorar em cada ano letivo. Nesse sentido, procedeu-se à elaboração do plano para 2012/2013, do qual consta a previsão do número de alunos que irão beneficiar de transporte escolar, bem como dos custos associados. Na elaboração do referido plano, considerou-se ainda o disposto no ponto 1, do artigo 8º da Lei nº8 5/2009, de 27 de Agosto, que estabelece o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontrem em idade escolar, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, e do qual resulta que os alunos matriculados no 10º ano de escolaridade, no ano letivo



2012/2013, passem a estar abrangidos pela escolaridade obrigatória, e consequentemente a autarquia passe a assumir a 100% o custo do transporte. Da análise comparativa do plano de transportes do ano letivo 2011/2012 e o agora elaborado, verifica-se: uma diminuição global de 341 alunos no transporte, em carreira pública, em resultado do decréscimo do número de alunos matriculados; um aumento de 116 alunos no transporte, em circuito especial, devido ao encerramento de mais dois estabelecimentos de educação e ensino, designadamente as EB1/JI's de Monte/Arosa e Paçô Vieira/Mesão Frio; um aumento de 373 551,91€ no valor da comparticipação anual da Câmara, em resultado da assunção a 100% dos encargos com o transporte dos alunos do 10º ano pela autarquia e do aumento de custos com o transporte dos alunos do 1º CEB integrados, no âmbito do reordenamento da rede escolar, noutros estabelecimentos de ensino. Acresce ainda que, no mapa geral do plano de transportes, e relativamente à comparticipação anual dos alunos do 11º e 12º anos do ensino secundário apenas está prevista a comparticipação que se refere aos alunos do Externato Delfim Ferreira, no valor de €1.403,00, dado que os alunos utilizadores de carreira pública pagam, no ato de carregamento do cartão, os 50% do passe escolar, e as faturas emitidas pelas empresas transportadoras, e remetidas à autarquia, são debitadas a 50%. Refira-se que o presente Plano de Transportes foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, em sua reunião de 17 de abril de 2012, conforme previsto no ponto 1, artigo 25º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro. Assim, deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2012/2013 no valor total de €3.414.498,94, correspondendo

a 2012 o valor de €781.093,00 e a 2013 o valor de €2.633.405,94". O Plano de Transportes Escolares para o Ano letivo 2012/2013 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE SUBSÍDIO ANUAL DE ENERGIA ELÉTRICA À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, foi deliberado em Reunião de Câmara de 13 de janeiro de 2011 a atribuição de um subsídio anual no valor de €1.250,00 à Fábrica da Igreja Paroquial de Briteiros Santo Estêvão, destinado a comparticipar as despesas com energia eléctrica, decorrentes do funcionamento do Jardim de Infância Igreja/Briteiros Sto. Estêvão nas instalações do Centro Paroquial. Dado que, a partir de janeiro de 2012, o Jardim de Infância foi integrado na EB1 de Fafião/Briteiros Santo Estevão e, as instalações do Centro Paroquial deixaram de ser utilizadas para fins de ensino, propõe-se que, a partir do ano civil de 2012, inclusive, se proceda à suspensão do subsídio anual. Assim, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara para deliberação. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – PLATAFORMA DAS ARTES E DA CRIATIVIDADE – PROGRAMAÇÃO E GESTÃO** – Presente a seguinte proposta: "Na sequência de deliberação de Câmara de 30 de junho de 2011, foi celebrado um contrato de comodato entre o Município de Guimarães e o artista José de Guimarães tendo por objeto a cedência por parte deste de um conjunto de obras destinado a



formar a exposição inaugural da Plataforma das Artes e da Criatividade (PAC) e do Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG). Posteriormente, em reunião de Câmara de 13 de outubro de 2011, foi aprovado um protocolo de colaboração envolvendo os outorgantes já citados, a Fundação Cidade de Guimarães e a Cooperativa A Oficina, com o objetivo de estabelecer os termos em que a referida exposição inaugural seria produzida e financiada. Nos termos deste protocolo, o Município assumiu a obrigação de assegurar à Oficina financiamento que possibilite a gestão corrente da PAC e do CIAJG, designadamente em matéria de contratação de recursos humanos, e de aquisição de bens e serviços considerados imprescindíveis ao seu funcionamento. Aproximando-se a data de inauguração da Plataforma das Artes e da Criatividade, é imprescindível dar integral cumprimento ao protocolo de outubro de 2011, criando desde já as condições que assegurem a programação e gestão da PAC até ao final do corrente ano de 2012, condições que se admite poderem vir a ser revistas em função do resultado do estudo de gestão que se encontra presentemente em elaboração. Assim, considerando: Que a gestão dos equipamentos culturais municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da política cultural do Município; Que a definição de uma política cultural coerente confere eficácia e eficiência à ação municipal neste domínio e que esta é a melhor forma de atingir resultados consistentes; Que, independentemente dos atuais constrangimentos financeiros, a Autarquia deve procurar sempre assegurar a plena rentabilização dos recursos de que dispõe; Que a conclusão e abertura da PAC impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua programação e gestão, tal como estabelecido no protocolo de

colaboração aprovado pela Câmara Municipal em 13 de outubro de 2011; Que a Cooperativa A Oficina acumulou, ao longo dos últimos anos, experiência de gestão de equipamentos culturais com a qualidade e a competência que lhe são amplamente reconhecidas; Que, no âmbito de tal gestão, A Oficina tem desenvolvido, também, uma programação no domínio das Artes Plásticas para a Área Expositiva do Centro Cultural Vila Flor que tem, igualmente, colhido apreciação muito positiva por parte dos artistas e dos públicos; Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a Cooperativa A Oficina garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos; Que A Oficina já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem ser mobilizados para a gestão deste novo equipamento. Proponho, ao abrigo do disposto na alínea c) da cláusula segunda do protocolo de colaboração aprovado pela Câmara Municipal de Guimarães em 13 de outubro de 2011 que, com o objetivo de assegurar à Cooperativa A Oficina os meios imprescindíveis ao cumprimento das obrigações por si assumidas na cláusula 4ª do mesmo Protocolo, e das obrigações inerentes ao cumprimento do nº2, o Município de Guimarães lhe atribua: 1. Um montante financeiro de €500.000,00 (quinhentos mil euros), a pagar em julho de 2012 (€200.000,00) e, mensalmente, de setembro a novembro de 2012 (€100.000,00/mês), destinado a assegurar as seguintes despesas: Mobiliário expositivo - €230.000,00; Equipamento Administrativo e Logístico - €70.000,00; Despesas de funcionamento (Segurança, comunicações, acolhimento, gestão, manutenção, recursos humanos e limpeza) - €200.000,00. 2. A gestão dos diversos espaços existentes na PAC, designadamente CIAJG, Ateliês



Emergentes, Laboratórios Criativos, livraria, restaurante, cafetaria e parque de estacionamento". **A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E A TEMPO LIVRE, CIPRL** – Presente a seguinte

proposta: "Considerando a existência do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Tempo Livre CIPRL, no que respeita à utilização e exploração de equipamentos desportivos de propriedade municipal, tendo por finalidade a sua gestão e manutenção, enquadrado com o próprio objeto e tendo em conta os mais recentes investimentos em diversas instalações desportivas, nomeadamente o Pavilhão Municipal Arq. Fernando Távora, recentemente inaugurado e o Complexo de Piscinas em Moreira de Cónegos, a inaugurar, propõe-se para deliberação uma adenda ao respectivo protocolo, acrescentando à gestão e manutenção os equipamentos referenciados, nos seguintes termos: "4. Gestão de Equipamentos - À Tempo Livre fica cometida a utilização e exploração, tendo por finalidade a gestão e manutenção correntes dos seguintes equipamentos desportivos: (...) j) Pavilhão Municipal Arq. Fernando Távora (Fermentões); k) Complexo Municipal de Piscinas de Moreira de Cónegos." A presente adenda, na qual acrescenta estes dois significativos equipamentos, não acresce presentemente qualquer custo adicional". **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR  
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE  
LAVROU A PRESENTE ATA. -----**